

50 ANOS DE FASCISMO 500 ANOS DE COLONIALISMO

AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Contra o mesmo inimigo, o mesmo combate. A luta do povo português e a luta dos povos das colónias é a mesma luta.

O povo português, principalmente a classe operária e os camponeses, conheceram o que foram 50 anos de fascismo. Conheceram e conhecem ainda a exploração e a opressão dos patrões e dos latifundiários. O povo sabe que, se o fascismo caiu, a exploração continua. E enquanto ela continuar, a nossa luta não pára.

Mas, nas colónias, os povos africanos da Guiné-Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique sofreram na sua carne 500 anos de colonialismo.

Foi contra o colonialismo e pela conquista da sua independência e libertação que os povos africanos lutaram e lutam ainda de armas na mão.

Quem oprime, explora e assassina os povos das colónias?

Quem oprime e explora o povo português e envia os soldados para matar e morrer?

É o capitalismo. São os colonialistas, os fascistas e os imperialistas.

O QUE É O COLONIALISMO?

O colonialismo é a opressão, a super-exploração e o racismo. É a pilhagem das riquezas de outras nações, a destruição física e cultural dos seus povos, é a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo. E, quando esses povos se revoltam, é a guerra, o bombardeamento e o massacre. O colonialismo é a usurpação da independência nacional desses povos, é o roubo do seu país pelo ocupante.

O que foi a pilhagem colonialista a que se chamou «devar a civilização»?

- Foi a escravatura, a venda de milhões de escravos para as roças do Brasil.
- Foi o roubo sistemático das terras aos negros pelas grandes companhias. Foi o incêndio das suas aldeias e a destruição das suas culturas para os forçar a ir trabalhar, com salários de fome, para as roças dos Espírito Santo, do Banco Ultramarino, dos Melo, dos Vieira de Brito, dos imperialistas como a Sena Sugar, a Cotonang, etc., etc.

- Foi e é o escândalo afrontoso da Diamang - Companhia Majestática. Em 1970, 28 000 trabalhadores angolanos enquadrados por 700 europeus (80% de todo o pessoal mineiro da colónia) em jazigos que cobriam áreas de 221 000 km². Para uma companhia com volumes de exportação de cerca de dois milhões de contos anuais, o salário médio do trabalhador africano era de 10\$00 diários.

Não falando já na venda da força do trabalhador moçambicano arrebanhado para as Minas de Ouro da África do Sul, às dezenas de milhar por ano. Minas tão primitivas que a sua rentabilidade só se mantém pela exploração desenfreada do trabalhador moçambicano, com a conivência interessada do Governo Português.

- Foi a destruição das suas lavras ou, mais exactamente, das suas culturas de subsistência, e a cultura obrigatória do algodão, café, açúcar, sisal, palmares, forçando os camponeses africanos a produzir quase de graça para as grandes companhias e para a indústria portuguesa, deixando de poder cultivar os alimentos tradicionais necessários à sua subsistência. Foi o desapossar das fontes de pescado, que constituía um dos mais ricos alimentos, para ser transformado em farinha de peixe pelos colonialistas, vendida em chorudos negócios nos mercados mundiais.

- Foi o CONTRATO, nome que encobre o crime do trabalho forçado: os trabalhadores são arrebanhados pelos chefes de Posto. Toda a companhia tinha um angariador que negociava, a tanto por cabeça, com a Administração, o preço da leva de contratados. Arrancados às suas aldeias, iam trabalhar como escravos, com salários de 3 a 5\$00 por dia, nas grandes fazendas, onde morriam de cansaço, fome e doença, longe das suas terras, a encher os bolsos dos fazendeiros e das grandes companhias. Anos e anos as roças de cacau e de café dos negreiros Val Flor e BNU, em S. Tomé, viveram de milhares de Angolanos para ali transportados como gado, trabalho escravo lega-

lizado pela Administração governativa. Por isso os colonialistas diziam que S. Tomé, Angola e Moçambique eram a grande mina, a terra do futuro. A grande mina, a «árvore das patacas» não eram outra coisa senão o trabalho gratuito de milhões de trabalhadores africanos.

● Foi a destruição física e moral de povos inteiros através de um trabalho sem horário nem salário, debaixo do chicote e da espingarda. Ao fim da semana, o trabalhador negro estava endividado e era obrigado a trabalhar sempre para o mesmo patrão. Se recusava ou fugia, o patrão chamava o cipaio: era o espancamento, às vezes a morte.

● Foi e é o racismo. Para o colonialista, os negros são:

Bêbados — Mas o alcoolismo foi introduzido pelos brancos, as tascas eram sempre de brancos, a aguardente e o vinho a martelo eram-lhes vendidos pelo branco. No álcool, o negro esmagado encontrava o sono e o esquecimento, no álcool encontrava o colonialista enriquecido um meio de dominar e corromper a resistência dos oprimidos. E, depois, todo o negro considerado embriagado, com as devidas palmatoadas, era entregue à Administração para trabalhar gratuitamente nas obras do Estado.

Crianças grandes — Porque não tinham os mesmos interesses que os brancos, porque tinham uma cultura diferente, porque pareciam ingênuos face ao cinismo dos colonos.

Dêbeis mentais — Porque eram obrigados ao silêncio e à obediência, ao analfabetismo.

Preguiçosos — Porque resistiam ao trabalho escravo, porque a resistência passiva e a lentidão eram a única resposta possível de um trabalhador subalimentado e sem esperança de ganhar mais trabalhando mais.

Ladrões — Quando, obrigados pela miséria e pela fome, depois de roubados e espoliados, se reapropriam do que é seu.

Primitivos e selvagens — Quando falam a sua língua, quando conservam os seus hábitos e costumes tradicionais.

● Foi o sufocar da cultura nativa pela destruição das suas comunidades, pela imposição da língua portuguesa e de valores morais e culturais que lhes eram totalmente estranhos. E quando começa, nas cidades, uma outra cultura negra, esta de resistência ao colonialismo, ela volta a ser negada: a censura e a pide encarregam-se de impor o silêncio. Quem conhece em Portugal a literatura, a escultura, o canto e até o cinema de resistência dos povos das colónias? Quase ninguém. Como também nada sabemos da construção dum mundo novo, duma sociedade mais justa e mais livre, nos territórios libertados.

E porque foram destruídas as suas tradições, comunidades e foi sufocada a sua cultura, passou a dizer-se que eram «povos sem história».

E, quando o negro pega em armas para reconquistar a dignidade, a liberdade e a sua terra, passa a ser um «TURRA».

DA REVOLTA À LUTA ARMADA

Em princípios de 1961, os pequenos agricultores negros da Baixa do Cassange, no norte de Angola, forçados a cultivar algodão e a vendê-lo abaixo do custo à companhia concessionária Cotonang, recusaram continuar. Recusaram vender. O governo português, pela voz do comandante militar general Monteiro Libório, mandou bombardear a napalm. Três dias o Cassange foi varrido a fogo: 10 000 mortos, homens, mulheres e crianças. Um dos comandantes dos aviões, major Ervedosa, testemunhou e denunciou este crime.

No dia 4 de Fevereiro de 1961, um destacamento de patriotas angolanos do MPLA assalta as cadeias para libertar os seus companheiros encarcerados pela pide.

Em 1960, quando milhares de trabalhadores se concentram em Mueda, no norte de Moçambique, reclamando liberdade e melhores salários, o governador manda abrir fogo: mais de 600 pessoas são mortas. De Mueda saíram os primeiros guerrilheiros da FRELIMO. É em Junho de 1964 que a FRELIMO se decide pela luta armada.

Em 3 de Agosto de 1959, os estivadores de Pidgiguiti, em Bissau, fizeram greve para melhorar os salários que nem sequer matavam a fome. A polícia metralhou os grevistas. No mar ficaram 50 mortos.

A 19 de Setembro, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, em reunião clandestina com outros dirigentes do PAIGC, decidem lutar contra os colonialistas portugueses por todos os meios, incluindo o da luta armada. Depois de repetidos apelos para uma mudança pacífica, o PAIGC desencadeia as primeiras operações militares em Janeiro de 1963.

E quando o negro pega em armas para reconquistar a sua dignidade, a sua liberdade e a sua terra, a resposta dos colonialistas é: os campos de concentração do Tarrafal, do Bié, de S. Nicolau, da Ilha das Galinhas, as prisões de S. Paulo e da Machava e os massacres hoje simbolizados nos nomes de Chawola, Juwau, Mucumbura e Wiryamu.

O QUE MUDA E O QUE NÃO MUDA NAS COLÔNIAS

Perante a crescente revolta dos trabalhadores africanos e as vitórias da luta armada conduzida pelo PAIGC, MPLA e FRELIMO, os colonialistas portugueses foram obrigados a aceitar algumas «reformas», a mudar alguns aspectos da pilhagem das colônias. Assim, os africanos deixaram de ser «indígenas» e passaram a ser considerados «cidadãos portugueses». O trabalho forçado foi tomando formas disfarçadas. Os camponeses deixaram de ser obrigados a cultivar por conta das grandes companhias.

Por outro lado, o governo fascista teve de consentir na instalação de algumas indústrias nas colônias, que até aí eram mercado exclusivo para os produtos da indústria portuguesa. E, para ter o apoio dos seus aliados imperialistas, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha, do Japão ou da África do Sul, tiveram de abrir as portas aos seus capitais. Os imperialistas, já com interesses firmados nas minas e nos campos, desde os anos 60, passaram a pilhar também sistematicamente as demais riquezas de Angola e Moçambique: o petróleo, o ferro, etc.

Em resumo, podemos dizer que os colonialistas foram obrigados a abandonar algumas das formas mais primárias de exploração, intensificando-a e alargando-a, de parceria com os seus aliados imperialistas. Mas, se o trabalho forçado se atenua, os salários continuam salários de fome. Se a cultura obrigatória do algodão acabou, os cultivadores negros têm, à mesma, de o vender às grandes companhias, pelo preço que estas querem. Se os africanos passaram de «indígenas» a «cidadãos», a verdade é que continuaram a viver em regime de terror, a verdade é que continuaram a ser massacrados à mínima suspeita de revolta ou apoio aos Movimentos de Libertação.

A luta armada progride até ao ponto de se aproximar a derrota do exército colonial português.

É esta situação que leva largos sectores da Igreja a denunciarem corajosamente os massacres das populações, a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos.

É esta situação que leva os capitães a compreender que a guerra está perdida e que «há que ter em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos das colônias a governarem-se por si próprios».

É nesta situação que aparece o general Spínola, chefe dum exército colonial, com a tese de que a guerra não pode ter solução militar e é preciso encontrar a solução política.

E os capitães tomam então consciência de que, para acabar com a guerra, é necessário derrubar o fascismo.

A NOVA TÁCTICA DOS COLONIALISTAS

Não podendo continuar a explorar como antes, os colonialistas prepararam uma nova tática: mudar o regime político nas colônias para poder continuar a explorar os trabalhadores africanos. A esta política pôs-se o nome de **neo-colonialismo**, ou seja, um novo colonialismo. Porquê? Porque se abandona a dominação política directa dos povos das colônias, mas mantém-se a mesma exploração. Concede-se uma semi-independência, uma independência aparente, mas conservam-se os interesses económicos.

Como dizem os jornais, abriram-se negociações com o PAIGC e a FRELIMO. A Televisão mostra-nos sorrisos, apertos de mão e dá-nos a ouvir declarações optimistas. Mas que se passa por trás de tudo isto? A guerra continua e os novos governantes portugueses obstinam-se em não reconhecer a independência imediata das colônias, em não reconhecer o direito dos povos coloniais à independência imediata, total e sem condições.

Que querem os Movimentos de Libertação? A independência. A **independência não se negocia**, declaram o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO. O que se deve negociar é um acordo sobre a forma de passagem à independência: a retirada das tropas portuguesas, a entrega do poder aos movimentos legítimos representantes desses povos, as futuras relações de amizade e cooperação entre o povo português e os povos das colônias.

Mas, em vez da independência, os novos governantes falam de soluções separadas para a Guiné, Angola e Moçambique. Falam de soluções separadas para a Guiné e Cabo Verde. Falam de Federação. Federação quer dizer: as colônias não seriam independentes, mas «autónomas», isto é, Portugal continuaria a dispor de poder político nas colônias.

Falam de autodeterminação e referendo. Primeiro, recusaram os direitos políticos dos povos das colônias. Mas, quando estes conquistam a independência de armas na mão, vêm propor uma eleição feita sob o controle dos colonialistas, esperando assim obter um resultado menos mau para os seus interesses.

Tudo isto porquê? Porque esperam poder dividir os Movimentos de Libertação. Porque esperam fazer de alguns africanos vendidos dirigentes fantoches que possam apresentar como representativos. Porque esperam que as «grandes potências» (Estados Unidos, URSS, etc.) façam um acordo entre si para impor uma cedência aos Movimentos de Libertação. Porque esperam que os aliados destes Movimentos lhes diminuam o auxílio, como já tem acontecido, de modo a que percam na mesa de negociações o que ganharam em combate.

Quem está por trás desta política? São os monopólios nacionais e coloniais — CUF, Champalimaud, Espírito Santo e C.; a Diamang, o BNU, as Algodoeiras, as Açucareiras, etc. São os seus comparsas internacionais, os imperialistas americanos, alemães, ingleses, japoneses ou sul-africanos.

É a altura de perguntar: a quem obedecem os novos governantes? À vontade profunda do povo português e dos povos das colônias, que desejam a independência imediata, ou aos colonialistas e imperialistas que a desejam atrasar, ou impedir, a fim de melhor consolidar os seus interesses?

O MESMO INIMIGO, O MESMO COMBATE

O PAIGC, o MPLA e a FRELIMO sempre declararam que o seu inimigo não era o povo português, mas sim o colonialismo português. Os inimigos do povo e dos soldados portugueses não são os guerrilheiros africanos. Estes são nossos aliados, como o 25 de Abril o demonstrou. O 25 de Abril foi a derrota do exército colonial. Foi o resultado das vitórias dos Movimentos de Libertação e das lutas do povo português contra o capitalismo, o fascismo e o colonialismo. Mas não é só o 25 de Abril que mostra a convergência das nossas lutas. É também o que desde então se passa em Portugal e nas colónias.

Em Portugal: grandes manifestações populares nas ruas das cidades, vilas e aldeias, numa vaga de lutas contra o fascismo, o capitalismo e o colonialismo. A maior vaga de greves da nossa história mostra a decisão e a capacidade de luta da classe operária, apesar dos insultos e dos lamentos dos reformistas. São as greves na electrónica, nos têxteis, nas confecções, na metalurgia, na química, nos transportes colectivos, etc. São as greves da Timex, da Messa, da Lisnave, da Sandoz, da Sacor do Porto e tantas, tantas outras. São também os assalariados rurais e os camponeses pobres, sobretudo no Alentejo. São os estudantes, os empregados, os funcionários públicos. É a luta dos pescadores. É o combate dos soldados e marinheiros que se unem ao povo, lutando contra o militarismo e o colonialismo, é a resistência dos desertores e dos refractários, é ainda a resistência de oficiais revolucionários que desenvolvem uma luta anti-colonialista e anti-fascista consequente.

Nas colónias: a luta armada pela libertação nacional, conduzida pelos Movimentos de Libertação, juntam-se as grandes lutas de massas nas cidades. Em Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde, realizam-se grandes manifestações de rua pela independência e contra a repressão. Ao mesmo tempo, uma enorme vaga de greves assinala a luta dos trabalhadores africanos (e, em certos casos, africanos e europeus) contra a super-exploração de que são vítimas, contra os salários de fome e a repressão: são as greves de estivadores, de ferroviários, de mineiros de carvão, de operários têxteis e outros, de trabalhadores dos transportes urbanos ou das plantações de açúcar. Que lição tirar desta situação? Que o inimigo é o mesmo e que, contra o mesmo inimigo, o mesmo combate!

COMO FAZER?

Os povos das colónias, ao lutar pela sua libertação, lutaram também pela nossa liberdade. É a altura de, também nós, ao lutar pelo socialismo, contribuímos para a total libertação dos povos das colónias. Melhor que ninguém, a classe operária saberá tomar, em Portugal, a vanguarda da luta pela destruição do colonialismo e do racismo, pela independência das colónias e pela amizade entre os povos.

Unidade de acção de todas as organizações, de todos os militantes decididos a travar uma luta anti-colonial consequente, a lutar pela independência imediata e incondicional das colónias!

Todos, acabemos com os silêncios cúmplices. Denunciemos as manobras neo-colonialistas e imperialistas.

Todos, organizemos comités de apoio à luta dos povos das colónias, na fábrica e no campo, nos quartéis, nos bairros e nas escolas.

Todos, organizemos comícios e reuniões de esclarecimento. Levante-se a questão da guerra e do colonialismo em todas as reuniões de trabalhadores, nos jornais de fábrica, nas manifestações e nas greves.

Todos, organizemos a solidariedade activa e militante, construindo por sobre o sangue e a opressão a amizade entre o povo português e os povos africanos.

Todos, pela independência imediata e incondicional das colónias!

UM POVO QUE OPRIME OUTROS POVOS NÃO PODE SER UM POVO LIVRE.

Lisboa, Junho de 1974.

Grupos de Trabalho do

CIC — Comité para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias